

ACM pede hoje em discurso criação da CPI do Judiciário

“Ninguém vai entrar nas atribuições de outro Poder”, esclareceu o presidente do Senado ao confirmar pronunciamento para as 10h, no plenário, e agradecer mensagens de apoio e denúncias que tem recebido

CCJ aprova projeto que substitui a Lei Camata

Foi aprovado por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), projeto de lei complementar que muda as regras definidas pela Lei Camata para gastos com pessoal no setor público. A matéria já tinha sido aprovada antes pela Câmara dos Deputados.

PÁGINA 8

O que muda com o projeto de lei

- . O limite de comprometimento da receita da União com pagamento de pessoal cai de 60% para 50%
- . O prazo para os estados e municípios reduzirem os gastos com o funcionalismo até o limite de 60% das receitas líquidas passa a ser de 24 meses após a publicação da nova lei
- . Para cálculo das receitas líquidas dos estados e municípios, a arrecadação própria será reduzida ou acrescida de transferências entre os três níveis da federação
- . Os estados e municípios que não cumprirem o prazo estabelecido pela lei estarão sujeitos à suspensão do repasse de verbas federais

Em pronunciamento no plenário previsto para esta manhã, a partir das 10h, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (*foto*), irá pedir a criação de CPI destinada a investigar casos de corrupção no Judiciário. Em seguida, ele apresentará requerimento formalizando o pedido. Antonio Carlos descartou a tese de que o dispositivo legal que impede o Legislativo de interferir nas atri-

buições do Judiciário invalidaria a Comissão Parlamentar de Inquérito. “Ninguém vai entrar nas atribuições de outro Poder. E não vá dizer que corrupção é atribuição do Judiciário, porque, aí, você estará ofendendo o Judiciário”, respondeu o senador ao repórter que lhe fez esta pergunta. O presidente do Senado agradeceu aos que enviaram mensagens de apoio e denúncias.



PÁGINA 3

Malan nega venda de Petrobras, BB e CEF

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, negou ontem que a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal façam parte da lista de empresas estatais a serem privatizadas. Acompanha-

do do presidente do Banco Central, Arminio Fraga, ele debateu os rumos da economia com os senadores na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, durante quatro horas.



Fim do kit de primeiros socorros vai a plenário

PÁGINA 12

Da esquerda para a direita, Amaury Bier, secretário de Política Econômica; Arminio Fraga, presidente do Banco Central; senador Fernando Bezerra, presidente da CAE; e o ministro Pedro Malan. Debate na comissão durou quatro horas

Iris rebate denúncia e aponta clima de terror

Senador manifesta plena convicção na inocência de seu irmão e suplente e acusa governo goiano de “implementar a política do ódio e da perseguição”

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) ocupou ontem a tribuna para um longo discurso em defesa de seu irmão e suplente Otoniel Machado, a quem a Justiça atribuiu o desvio de R\$ 5 milhões destinados ao pagamento de dívidas trabalhistas de ex-funcionários da Caixa Econômica de Goiás (Caixego). Iris apontou rancor e vingança na origem das acusações, mas avisou que nada o atemoriza.

— Tenho absoluta certeza de que, restabelecida a normalidade do processo e com a garantia de ampla defesa, a verdade prevalecerá acima da mesquinhez, do ódio e das paixões políticas — destacou.

Depois de afirmar plena convicção na inocência do irmão, Iris Rezende sustentou que em Goiás está acontecendo “uma terrível reedição dos velhos métodos do

Iris afirma que “velhos métodos do autoritarismo” estão sendo reeditados

autoritarismo, insistindo-se nas práticas da perseguição e da arbitrariedade, visando cercear a atuação oposicionista”. Em sua opinião, as acusações contra o irmão pretendem atingir o PMDB, ferindo suas figuras mais representativas. “Goiás vive, neste momento, um ambiente de confronto jamais visto em sua história, desde que o governo resolveu implementar a política do ódio e da perseguição, como se as eleições ainda não tivessem terminado”, reclamou.

Segundo Iris, “estão patrocinando uma guerra suja, sem qualquer código de hon-



ra”, para anular a história que ele construiu em quase meio século de carreira política. “Mas quero deixar bem claro: jamais conseguiremos nos abater. A minha história e a história do PMDB falarão mais

alto, porque são movidas pelo bem, pela justiça e pela honestidade”, disse.

O senador contou que, com sua família, está suportando toda sorte de humilhações, o mesmo acontecendo com Otoniel Machado, que assumiu por dez meses o cargo de senador no ano passado. Afirmou que, durante toda a vida, seu irmão manteve uma linha de atuação correta e transparente. E indagou: “Por que agora nos atacam? Por que nos levantam acusações sem nenhuma consistência?”

No entender de Iris, isso acontece porque, com a mudança do poder político em Goiás, instaurou-se um processo de perseguições e de terror — “um autêntico retrocesso institucional, que afronta os fundamentos do estado de direito e das liberdades do cidadão”.



QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional).

ESPECIAL

▶ 14h30 - Seminário *A Comunicação Social no Senado e os Gabinetes Parlamentares*, promovido pela Secs. Ala Senador Nilo Coelho - sala 02

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

Segunda-feira (29.3.99)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (30.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PDL nº 143/98, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, sobre contrabando de armas, celebrado entre o governo do Brasil e o governo do Paraguai, na cidade de Assunção; e *PDL nº 145/98, que aprova o texto do Acordo para Criação da Comissão de Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre Brasil e Argentina.

Quarta-feira (31.3.99)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 1/99, que regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PDL nº 146/98, que aprova o texto do Acordo sobre Isenção Parcial de Visto, celebrado entre Brasil e Tailândia; e *PDL nº 147/98, que aprova o texto da Convenção sobre Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive agentes diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973, com a reserva prevista no parágrafo 2º do art. 13 da Convenção.

Em apartes, vinte senadores expressam solidariedade

Ao final do discurso em que defendeu seu irmão Otoniel Machado das acusações que originaram processo na Justiça, o senador Iris Rezende agradeceu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pela presença em plenário. “V. Exa. esqueceu suas responsabilidades administrativas e aqui permaneceu. Isso me comove, assim como a permanência de tantos colegas”, disse Iris.

O presidente do Senado esclareceu que a Mesa não podia tomar posição, mas observou: “A solidariedade de todos os partidos e de todos os senadores ao senador Iris Rezende e a seu irmão, Otoniel Machado, que foi também nosso colega, com muito brilho, já é um resultado, já é um julgamento, e isso deve confortar V. Exa.”.

Vinte parlamentares apartaram o discurso de Iris.

Carlos Bezerra (PMDB-MT): “Goiás era um estado atrasado quando V. Exa. tomou o poder da oligarquia que, agora, quer ressurgir. Passou a ser um estado-referência, mas a oligarquia nunca esqueceu a tomada do poder por V. Exa.”.

Jader Barbalho (PMDB-PA): “Conheço sua trajetória e sei que recusou a pressão de um comandante militar para aderir ao governo, mesmo sabendo que perderia o cargo de prefeito de Goiânia. Preferiu a cassação. Agora, quero afirmar que V. Exa. tem o benefício da dúvida até a apuração final desse processo”.

Hugo Napoleão (PFL-PI): “V. Exa. foi um sofredor também no tempo da exceção, quando pagou o preço do que não

fez. Trago neste momento minha palavra de apreço pessoal e solidariedade”.

Bernardo Cabral (PFL-AM): “É pena que os homens públicos paguem um preço tão alto. O que fazem com seu irmão e com V. Exa. é inominável”.

Ramez Tebet (PMDB-MS): “Venho do Ministério Público. Mas há um excesso gritante por parte de determinados representantes do Ministério Público desde a promulgação da Constituição. O episódio narrado por V. Exa. é de tortura. E isso merece de nossa parte a mais profunda repulsa”.

Luiz Estevão (PMDB-DF): “Minha vida pública tem como um dos inspiradores a sua carreira política. Essa calúnia que o atinge será muito em breve suplantada pelo triunfo da verdade”.

Arlindo Porto (PTB-MG): “V. Exa. foi correto ao utilizar-se desta tribuna, não transmitindo ódio nem ressentimento. Prossiga com a firmeza de sempre, dando o exemplo a todos nós”.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM): “V. Exa. está sendo vítima da violência, da vingança e daqueles que não perdoam o sucesso. Mas é um vitorioso e continuará com a liderança que tem em seu estado”.

José Fogaça (PMDB-RS): “O testemunho que posso dar é o de que V. Exa. é um homem sereno, digno e que não admite se afastar da verdade. Os que creem em V. Exa. pedem que não esmoreça”.

Marluce Pinto (PMDB-RR): “É lamentável ouvirmos todas essas injustiças. Jamais alguém fará juízo contrário a sua lisura, que pautou toda a sua existência”.

Casildo Maldaner (PMDB-SC): “O silêncio de V. Exa. tem falado muito alto.

A dor de V. Exa. tem falado muito alto e extravasado para todo o país. V. Exa. está a gritar por tudo isso e eu lhe ofereço inteira solidariedade”.

Amir Lando (PMDB-RO): “Como V. Exa., acreditamos na Justiça e ela há de fazer a verdade brotar e punir os culpados. A Justiça dará a última palavra e a verdade estará a seu favor”.

Fernando Bezerra (PMDB-RN): “Manifesto minha indignação profunda contra os que atingem um homem honrado e competente”.

Roberto Requião (PMDB-PR): “V. Exa. enumera de forma insistente e persistente o quadro de violência e de arbítrio nas investigações em Goiás e isso me faz refletir, mais uma vez, sobre a necessidade absoluta da investigação cri-



Hugo Napoleão

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM propõe hoje CPI do Poder Judiciário

Após fazer um pronunciamento em plenário sobre o tema nesta manhã, o presidente do Senado apresentará requerimento de constituição da comissão destinada a investigar denúncias de corrupção

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou para hoje, a partir das 10h, pronunciamento em plenário no qual pedirá a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar casos de corrupção no Poder Judiciário, apresentando, logo em seguida, o requerimento de constituição da comissão. O senador não está preocupado com a possibilidade de o PT lançar nota contra sua iniciativa.

– Eu não sei o que é que o PT vai

fazer. Eu sei é que vou ter número para fazer a CPI – disse.

Antonio Carlos descartou a tese de que o dispositivo legal que impede o Legislativo de interferir nas atribuições do Judiciário invalidaria a CPI.

– Ninguém vai entrar nas atribuições de outro Poder. E não vá dizer que corrupção é atribuição do Judiciário – respondeu o senador ao repórter que lhe submeteu esta pergunta – porque, aí, você estará ofendendo o Judiciário.

O presidente do Senado agradeceu aos que enviaram mensagens de apoio e denúncias, e explicou que não citará todos em seu discurso, porque o tempo seria pequeno.

– Posso dizer aos que estão enviando estes apoios tão importantes, para mim e para o Senado, que encaminharam denúncias tão sérias, que eles não serão decepcionados. Estamos fazendo um trabalho digno, à altura da tarefa de construir um novo Judiciário para o país – afirmou.



Antonio Carlos afirmou que a CPI não significará uma interferência do Legislativo no Judiciário



Geraldo Melo disse que as novas lideranças pretendem ampliar relações do Brasil com os Estados Unidos

Geraldo Melo recebe visita de jovens políticos norte-americanos

O vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), recebeu ontem em seu gabinete a visita de um grupo de jovens políticos norte-americanos que integram a Câmara Americana de Comércio de São Paulo. Eles participam de um programa subsidiado pelo setor privado e pelo governo dos Estados Unidos, destinado à formação de novas lideranças políticas no mundo.

O grupo troca experiências e conhecimentos de culturas e sistemas políticos de vários países. Eles chegaram ao Brasil no último dia 17 e programam ficar dez dias visitando estados brasileiros. “São jovens lideranças políticas que demonstraram interesse em conhecer o Brasil e desejam, no futuro, ampliar ainda mais as relações entre nosso país e os Estados Unidos”, informou Geraldo Melo.

O senador disse ao grupo que o Brasil espera ser reconhecido pelos Estados Unidos como um parceiro importante nas relações comerciais. Abordou também a questão do protecionismo, defendendo que, num mundo globalizado, os países deveriam derrubar barreiras ao livre comércio. “Porém, se todos não agirem assim, o Brasil deve ser ainda mais protecionista”, afirmou.

Começa hoje seminário *A Comunicação Social e os Gabinetes Parlamentares*

A Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs) inicia hoje, às 14h30, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, o seminário *A Comunicação Social no Senado e os Gabinetes Parlamentares*, destinado a assessores de imprensa e chefes de gabinetes dos senadores.

Durante o evento, que prosseguirá até amanhã de manhã, diretores

dos diversos veículos e demais órgãos da Secs apresentarão os serviços da área de comunicação social do Senado e as maneiras de utilizá-los. Também serão solicitadas as opiniões dos participantes sobre os serviços oferecidos e promovido um levantamento de novas necessidades.

O Senado dispõe de um canal di-

reto de comunicação com a sociedade, através da divulgação de suas atividades pela TV, Rádio, Agência de notícias e *Jornal do Senado*. A *Voz do Cidadão* (telefone gratuito 0800-612211 para recolhimento de críticas e sugestões) e o projeto *Visite o Senado* (visitas guiadas às dependências da Casa) também ampliam a interação com a população.

Racismo não é “página virada”, afirma Cândido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que o racismo “está longe de transformar-se em página virada na história mundial”, ao registrar a passagem do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, comemorado no dia 21 de março. Ele lembrou também a instituição dessa comemoração pela Organização das Nações Unidas (ONU), “em sinal de protesto e como marco do assassinato de 69 pessoas negras, em 1960, pela polícia da África do Sul”.

Geraldo Cândido afirmou estar consternado ao constatar que, passadas décadas dessa iniciativa da ONU, o racismo ainda está presente na sociedade. Ele citou os problemas dos negros, as relações entre palestinos e judeus, o genocídio dos povos indígenas nas Américas, as atitudes hostis em relação aos trabalhadores imigrantes.

– Apesar de comprovada a falácia das teorias racistas, é grande sua influência na história do pensamento humano. Tem sua expressão mais cruel no genocídio justificado pela suposta periculosidade do povo exterminado. Os judeus foram mortos pelos nazistas porque, segundo estes, eram “raça indesejável”. Os negros e índios foram perseguidos porque eram bárbaros, pagãos, desprovidos de humanidade, considerados um perigo para o estado colonial – lamentou o parlamentar.

O senador acrescentou que o racismo tem raízes econômicas e que por isso se converte em fato político. Disse ainda não ser por acaso que a população negra está entre os grupos sociais mais pobres do planeta, fruto de 400 anos de escravi-

ção e exploração. Para Geraldo Cândido, a liberdade jurídica conquistada pelos negros não lhes assegura a liberdade real, pois “não libertou o povo negro dos preconceitos que o estigmatizaram como inferior”, e “não lhes deu oportunidades e participação de forma igualitária na sociedade”.

– Os governantes de todos os países afirmam respeitar a declaração de direitos humanos, da ONU, que condena a discriminação por motivo de raça. Mas está aí uma contradição das chamadas democracias atuais, pois se afirmam humanistas e igualitárias, mas colocam em prática políticas que vão contra esses princípios, discriminando grupos sociais tradicionalmente pobres.

Os temas abordados pelo Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial estão, para o senador, profundamente ligados à história do povo brasileiro. No Brasil, “segunda nação negra do mundo”, com uma população que, segundo dados oficiais citados pelo senador, é cerca de 50% composta de indivíduos de origem africana, “a situação deveria ser mais positiva”.

– Por fim, neste dia, gostaria de lembrar: a única raça é a raça humana. Vamos viver em harmonia, vamos diminuir a distância entre raças e etnias para vivermos um mundo melhor, para construirmos uma sociedade justa, democrática e participativa, que respeite os direitos das várias etnias existentes, bem como a dignidade e a vida de milhões de habitantes desse planeta. Só assim o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial perderá seu sentido – concluiu o senador.



Geraldo Cândido defendeu a diminuição da distância entre raças e etnias

CRE aprova embaixadores para Londres e ONU

Ao falar na comissão, Sérgio Amaral explicou que a Grã-Bretanha elegeu o Brasil como um dos dez principais parceiros comerciais no mundo. Gelson Fonseca destaca papel das Nações Unidas nas questões internacionais

Os indicados pelo presidente da República para assumir as embaixadas brasileiras junto ao Reino Unido e Irlanda do Norte e à Organização das Nações Unidas (ONU), Sérgio Amaral e Gelson Fonseca Júnior, tiveram seus nomes aprovados por unanimidade, ontem, pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Os senadores, de acordo com o Regimento, procederam a uma sabatina dos indicados antes da aprovação, em votação secreta, de seus nomes, que ainda serão apreciados pelo plenário do Senado.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator da indicação de Sérgio Amaral, destacou o notável currículo do paulistano de 54 anos, com doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne). O diplomata está no Itamaraty desde 1971, tendo sido promovido a ministro de primeira classe em 1994.

Ao passar a palavra para Sérgio Amaral, o presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), referiu-se ao embaixador como um dos homens mais brilhantes do Itamaraty, tendo também exercido importantes cargos no governo federal. Sarney destacou particularmente a atuação do diplomata na negociação da dívida externa brasileira, trabalho que, para o senador, "até hoje

tem repercussão em nossa vida financeira".

Em sua exposição, Sérgio Amaral – porta-voz da Presidência da República durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso – destacou a importância da embaixada em Londres como ponto de observação privilegiado da nova ordem econômica mundial. O Reino Unido, segundo o embaixador, é um interlocutor privilegiado dos Estados Unidos na Europa. Além disso, elegeu o Brasil como um dos dez principais parceiros comerciais no mundo. O comércio entre ambos, em torno de US\$ 3 bilhões, é ainda considerado pequeno. Em 1997, pela primeira vez na década, a balança comercial foi favorável à Grã-Bretanha.

O senador João Alberto (PMDB-MA), relator da indicação de Gelson Fonseca, também ressaltou o destacado currículo desse carioca de 52 anos, que ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1969 e concluiu seu mestrado em Assuntos Latino-Americanos pela Georgetown University (EUA) em 1976.



A Comissão de Relações Exteriores ouviu uma exposição dos diplomatas e os submeteu a sabatina antes de aprovar a indicação, feita pelo presidente da República

"Itamaraty é celeiro", diz Sarney

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador José Sarney, ao passar a palavra ao diplomata Gelson Fonseca Júnior, exaltou o Itamaraty como "grande celeiro de recursos humanos para o país" e citou o embaixador como referência.

O embaixador destacou as atividades das Nações Unidas, que atuam em todas as questões internacionais e dão uma espécie de cidadania política a todos os países do globo a ela filiados, que



José Sarney

perfazem quase a totalidade das nações. Gelson Fonseca lembrou a participação do Brasil em 22 missões de paz das Nações Unidas. afirmou ainda que o país também trabalha pelo aperfeiçoamento estrutural da ONU. Nessa discussão, o tema principal é a expansão do Conselho de Segurança, onde o Brasil almeja ser um dos membros permanentes.

Teotônio Vilela lamenta morte de ex-governador

Ao lamentar a morte do ex-governador de Alagoas Theobaldo Vasconcelos Barbosa, ocorrida no início da semana, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) disse que ele deixou como herança a marca da honestidade, do bom senso, da competência e da sabedoria política.

– Numa seqüência incrível e bem-sucedida de êxito, Theobaldo Barbosa inicia sua carreira como oficial de gabinete do governo Arnon de Mello, em 1951, pas-



Teotônio Vilela: ex-governador deixou legado de honestidade

sando por vereador, deputado estadual, deputado federal, até chegar a governador em 1982 – destacou Teotônio, acrescentando que a sua capacidade de agir sempre foi amparada pela justiça e pela razão e nunca pelos arroubos enganosos da paixão.

Teotônio Vilela Filho ressaltou a amizade que unia seu falecido pai, "o Menestrel das Alagoas, senador Teotônio Vilela", ao ex-governador Theobaldo Barbosa.

Viana aponta constrangimento a estudantes brasileiros na Bolívia

Os cinco mil brasileiros que fazem curso superior na Bolívia vêm passando "por situações de constrangimento", disse ontem em plenário o senador Tião Viana (PT-AC). Ele se encontrou com o embaixador boliviano em Brasília, o qual se comprometeu em levar o problema a seu governo, "para que se estabeleça uma política de relação mais humana" entre os estudantes brasileiros e os bolivianos.

Tião Viana apresentou à Mesa do Senado requerimento dirigido ao mi-



Viana levou o problema ao embaixador, que se comprometeu a interceder junto ao governo boliviano

nistro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para que ele esclareça a situação dos universitários brasileiros no país vizinho. Mais de 500 acreanos estudam na Bolívia e o senador foi procurado recentemente pelos pais dos estudantes, que reclamaram do tratamento recebido por seus filhos na Bolívia.

Depois de citar que os 360 brasileiros que estudam Medicina em Cuba deixam naquele país mais de US\$ 2 milhões por ano, Tião Viana observou que a Bolívia só tem a ganhar com a presença dos nossos estudantes. Ele criticou a política educacional brasileira por não oferecer cursos superiores a todos os estudantes.

Carvalhido será novo ministro do STJ

O plenário aprovou ontem mensagem do presidente da República com a indicação do nome de Hamilton Carvalhido para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada ao Ministério Público e decorrente da aposentadoria do ministro José Dantas.

O relator da indicação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), destacou em seu parecer o currículo de Carvalhido. Membro do Ministério Público do Rio de Janeiro, o novo ministro do STJ é também professor da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio e da Faculdade de Direito da Universi-



Carvalhido (E), ladeado por José Agripino e Ramez Tebet, quando era sabatinado na CCJ

dade Católica de Petrópolis.

CONCESSÕES

Mais duas emissoras de rádio do país foram autorizadas a funcionar por mais dez anos. O plenário aprovou ontem

projetos de decreto legislativo renovando as concessões da Rádio Difusora de Itumbiara, da cidade do mesmo nome, e da rádio da Fundação Frei João Batista Vogel, de Anápolis.



DEPOIMENTO DE PEDRO MALAN E ARMÍNIO FRAGA

Malan: Petrobras, Caixa e BB não serão privatizados

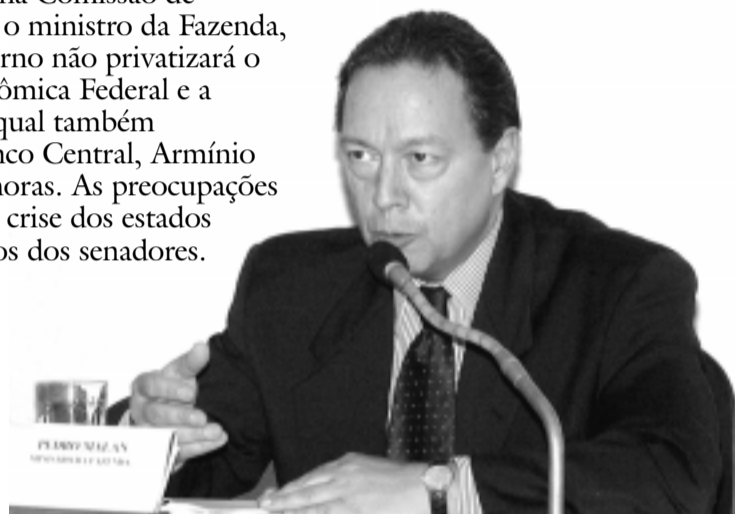
Ao responder pergunta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), durante depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que o governo não privatizará o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras. O depoimento, do qual também participou o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, durou cerca de quatro horas. As preocupações com a situação social do país e crise dos estados dominaram os questionamentos dos senadores.

Em seu depoimento na CAE, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, explicou as razões dos novos termos do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e garantiu que a instituição não impôs qualquer meta para a política econômica. "Dizer que o acordo contém exigências do FMI, como se fossem imposições da instituição, é um discurso político equivocado, pois a base da negociação foi feita por nós no Brasil, com objetivo de reduzir a dívida pública", afirmou.

O ministro repetiu várias vezes que não houve imposição do FMI, explicando que, antes mesmo de serem firmadas as primeiras metas do acordo, o governo já havia decidido implementar mudanças na política econômica e institucional, com vistas a reduzir a dívida pública e alcançar níveis de superávits primários para os próximos anos:

– Não precisamos de imposições de ninguém e não temos complexo de inferioridade. É de nosso interesse realizar essas metas – garantiu.

Quando ao compromisso com o FMI, Malan explicou que não houve qualquer modificação nas bases do primeiro acordo, já aprovado pelo Senado, e que prevê ajuda financeira do Banco de Compensações Internacionais (BIS) e do Banco do Japão, além de recursos de 20 países desenvolvidos. Esse acordo global, que prevê recursos de US\$ 41,5 bilhões, permanece o mesmo. "Nenhuma vírgula foi



Ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante sua explanação na CAE

alterada", disse o ministro.

A revisão feita no acordo, segundo Malan, foi apenas quanto aos números e previsões para a política econômica, devido às mudanças na política cambial, a partir da troca na direção do Banco Central, que adotou o câmbio flutuante. Malan voltou a afirmar que não houve "novas exigências" do FMI. Ele alertou para que não haja equívocos de interpretação quanto aos números estabelecidos no acordo, observando que são metas indicativas e que, portanto, poderão sofrer alterações ao longo do ano.

O ministro enumerou ainda três motivos que levaram à revisão dos parâmetros do acordo, ocorridos após a decretação da moratória da Rússia, em setembro do ano passado, e que concorreram para abalar a credibilidade dos investidores externos no Brasil.

O primeiro motivo foi a derrota, no Congresso, da contribuição previdenciária para ativos e inativos do setor público. A proposta, derrotada em votação no dia três de dezembro do ano passado, foi considerada pelos investidores

externos como uma derrota do governo e incapacidade do país de cumprir suas metas de ajuste fiscal. Malan lembrou que a mesma proposta foi aprovada no final de janeiro, melhorando a credibilidade do país.

Também a interrupção da coleta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) durante três meses, a partir de janeiro deste ano, soou no exterior como uma "expressão da incapacidade do governo para manter o programa de ajustes", explicou. O Congresso, observou, também já resolveu esse problema, aprovando a nova contribuição da CPMF, que passou de 0,20% para 0,38% nos primeiros 12 meses de implementação.

O terceiro motivo foi a moratória de Minas Gerais, em 6 de janeiro. "Esse fato atingiu mentes e nervos dos investidores estrangeiros", disse Malan, acrescentando que houve todo um trabalho para explicar no exterior que a moratória era apenas de um estado e não uma ruptura de contrato de todo o país.

O clima de confiança e credibilidade no país está sendo recuperado, segundo Malan, o que garante o retorno dos investimentos externos e o desembolso da segunda parcela de ajuda externa, que totaliza US\$ 8,6 bilhões, que virão do FMI e de 20 países desenvolvidos, no período de março a junho. A previsão do ministro é de que, "apesar das turbulências", o país receba, este ano, US\$ 1 bilhão de investimentos externos diretos. "São expressões de confiança no Brasil e no seu futuro", concluiu.

Memorando prevê inflação de 16,8% e dólar a R\$ 1,70

A equipe econômica do governo tem como meta alcançar uma taxa de inflação anual de 16,8% este ano, baixando para 6,5% no ano 2000 e para 5,2% em 2001. As taxas estão previstas no Memorando de Política Econômica anexado à carta de intenções do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que também traz as metas para as políticas fiscal, financeira e monetária dos próximos anos (*ver quadro nesta página*). O documento foi distribuído hoje pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O memorando também contém medidas adicionais que serão anunciadas pelo governo para melhorar o superávit primário. Dentre elas, estão o aumento nos preços domésticos de energia e tarifas públicas; suspensão, até o final do ano, dos créditos do PIS-Cofins (Contribuição

para Financiamento da Seguridade) aos exportadores; aumento do IOF sobre empréstimos ao consumidor; aumento da contribuição dos militares para a Previdência Social; e redução dos gastos orçamentários federais com salários. Essa redução dos gastos, segundo o memorando técnico, deverá ser feita com a diminuição das contratações, o retardamento de movimentos de carreira e a postergação de promoções no setor público.

Dentre essas medidas, somente o aumento da contribuição previdenciária dos militares requer um projeto de lei. O restante, segundo o memorando técnico, poderá ser implementado por decreto ou medida provisória.

O governo exigirá também maior eficiência dos bancos públicos na economia. As decisões sobre esses bancos, que incluem privatizações, deverão ser implementadas no ano 2000.

Fraga afirma que juros vão cair até o final deste ano

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto, disse hoje, durante depoimento à CAE, que a opção pela política de câmbio flutuante e a adoção de um programa para evitar a inflação estão tendo êxito. "O sistema vem funcionando com grande sucesso, mas não há espaço para relaxar a disciplina de ajuste fiscal e monetário até que o processo se consolide", observou.

Armínio Fraga afirmou que o novo sistema de câmbio também proporcionou melhorias no balanço de pagamentos. A desvalorização da moeda, observou, resultará em déficit inferior neste ano, com relação ao ano passado, nas contas correntes do país. Como o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ele disse que o país está retomando a credibilidade e recebendo investimentos externos.

A ajuda externa de US\$ 8,6 bilhões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de 20 países também foi apontada pelo presidente do BC como medida importante para solucionar a crise brasileira. "Sem isso, o ajuste teria sido muito mais duro para o país", considerou.

Os recursos de empréstimos externos, explicou, estão sendo injetados no mercado, pela mesa operadora do BC, de forma uniforme. No segundo semestre, diminuirá a presença da instituição no mercado, segundo Fraga, mas haverá acompanhamento de metas nas áreas



Armínio Fraga Neto

as fiscal e monetária.

A adoção da política fiscal, para obtenção de superávits primários nos próximos anos, a mudança na política cambial e a situação do sistema financeiro no país, que está capitalizado, são, para Armínio Fraga, as garantias de melhoria no quadro econômico. Em consequência, haverá queda nas taxas de juros a partir deste ano. Ele afirmou também que essas políticas vão ajudar a baixar a dívida pública e manter a inflação sob controle, com previsão de índice de 0,6% ao mês no final deste ano.

A política de câmbio flutuante foi adotada com sucesso por outros países e é a mais adequada para o Brasil, reafirmou Armínio Fraga aos senadores. Ele citou o Banco Central da Inglaterra, que adotou política semelhante, com controle da inflação, quando esta atingiu dois dígitos em 1992.

PRINCIPAIS METAS PREVISTAS NO ACORDO

Metas	1999	2000	2001
INFLAÇÃO	16,8%	6,5%	5,2%
DÓLAR	R\$ 1,70	R\$ 1,77	R\$ 1,84
VARIAÇÃO DO PIB	-3,5 a 4%	+3,5 a 4%	+4,5 a 5%
SUPERÁVIT PRIMÁRIO / PIB	3,1%	3,25%	3,35%



DEPOIMENTO DE PEDRO MALAN E ARMÍNIO FRAGA

Dutra critica "calote social" e propõe tributar os mais ricos



José Eduardo Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) indagou ao ministro Malan as razões pelas quais, diante das dificuldades da economia, "o governo optou, mais uma vez, por reduzir impostos e tributações de modo a favorecer os mais ricos". Ele citou como exemplo o fato de terem sido reduzidas as alíquotas do IOF para as aplicações externas, em vez de tributadas as grandes fortunas.

– Qual a dificuldade do governo para cobrar mais dos que ganham mais em vez de cometer o calote soci-

al? – perguntou Dutra.

Pedro Malan disse que a área econômica partilha a preocupação de que o Brasil precisa ter um sistema tributário "mais eficiente e equânime". No entanto, discordou dos que acreditam que aumentar os impostos dos mais ricos traria a solução para os problemas da economia nacional.

Dutra também considerou paradoxal o fato de, em 1995, o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, ter defendido a necessidade de uma âncora cambial fixa, e agora, com Armínio Fraga no cargo, a proposta ser justamente a da flutuação do câmbio, existindo, como ponto comum entre os dois momentos, a presença do mesmo ministro da Fazenda. Malan rebateu a crítica e alegou a necessidade de adotar as medidas que as circunstâncias internas e externas exigiram.

Ministro diz a Luiz Otávio que economia não será dolarizada

Com a ressalva de que não pretendia criticar a medida adotada pelo governo argentino, o ministro Pedro Malan afastou a possibilidade de que o Brasil venha a dolarizar sua economia. Ao responder ao senador Luiz Otávio (PPB-PA), ele admitiu que, depois de quatro crises marcadas pela hiperinflação, os responsáveis pela economia argentina tiveram bons motivos para a opção que fizeram.

– Eu entendo as razões deles, mas nosso quadro é diferente – afirmou.

Luiz Otávio também perguntou sobre quais instrumentos o governo brasileiro dispõe para realizar um ajuste das contas públicas. O minist-

tro destacou a anunciada Lei de Responsabilidade Fiscal como um dos principais aliados do governo para isso.

De acordo com Malan,

a única possibilidade de evitar os desajustes da economia é impedir que os gastos dos estados e da União ultrapassem suas disponibilidades.



Luiz Otávio

Piva indaga sobre resultados da viagem ao exterior



Pedro Piva

Interessado nos resultados da viagem do ministro da Fazenda e do presidente do BC ao exterior, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) indagou: "O Brasil conseguirá captar os recursos necessários para movimentar a máquina

produtiva? Os bancos estrangeiros vão financiar nossas empresas e exportações?" Ele argumentou que "isso é muito mais importante do que a cotação do dólar ou o nível de inflação".

Malan garantiu que a viagem por oito capitais financeiras foi um êxito. "Vamos manter e até ampliar as linhas de crédito interbancárias", previu.

Piva manifestou preocupação também com o nível de sonegação fiscal no Brasil. Malan afirmou que a melhor maneira de combater a sonegação é simplificar a legislação.

Suplicy questiona política salarial e privilégio aos bancos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos ouvisse o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, foi o primeiro a questioná-los na reunião de ontem.

Suplicy indagou sobre a possível opção do governo de privilegiar bancos em detrimento da população e os motivos que levaram à demissão de Francisco Lopes apenas cinco dias após ter sido aprovado pelo Senado para presidir o Banco Central; se a política para o salário mínimo está sendo formulada pelo FMI e o que se pode esperar dela; e como será atingida a meta de superávit de US\$ 11 bilhões na balança comercial em 99. Também quis saber se a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estão incluídos na previsão de US\$ 27,8 bilhões de receita com as privatizações; se a flutuação cambial pode funcionar de maneira ordenada sem mecanismos de controle do fluxo de capital, quais os mecanismos de controle existentes e qual sua eficácia.

Malan respondeu que as mazelas sociais incomodam a todos e que nunca aceitou a idéia de que um grupo pudesse ter a exclusividade da preocupação com essas questões. Negou que o governo esteja privilegiando setores da sociedade em detrimento de outros e afirmou que qualquer discussão séria sobre desigualdade teria que levar em

conta privilégios de que gozam as classes média e média alta brasileiras. Ele explicou que não entraria em detalhes sobre a demissão de Francisco Lopes por considerá-lo um assunto restrito ao relacionamento particular que mantém com o presidente da República.

O ministro disse ainda que o FMI não impõe ou interfere na administração do governo e que nem foram discutidas metas de receitas e despesas para a Previdência Social e política salarial. Segundo ele, a renegociação do acordo foi discutida tecnicamente e é equivocada a idéia, veiculada pela imprensa, de que existe uma tutela do FMI sobre os cortes a serem feitos ou sobre a política de salário mínimo.

Malan negou que Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica façam parte da lista de empresas estatais a serem privatizadas e afirmou que não é uma meta o valor previsto para o superávit da balança comercial. Segundo ele, o valor de US\$ 11 bilhões é um exercício, uma hipótese incluída num documento que não faz parte do acordo. Malan também sugeriu a realização de um seminário sobre a desigualdade, com a participação do ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen.

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, afirmou que regimes cambiais mal definidos são um risco muito grande, assim como a captação excessiva de capitais de curto prazo, que acaba agindo como uma droga financeira, trazendo euforia e miopia ao mercado, que tende a emprestar dinheiro demais. O câmbio flutuante, segundo Fraga, atua como um



Eduardo Suplicy

controlador do fluxo de capitais externos, mas é preciso também haver um sistema financeiro seguro, capitalizado e bem supervisionado. Ele disse não acreditar em mecanismos de controle do fluxo de capitais baseados em impostos e restrições de saída.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, afirmou

que as receitas relativas à privatização do setor elétrico são previstas para os anos de 1999, 2000 e 2001. Garantiu que o governo será capaz de levar adiante essa privatização de forma responsável e que a receita prevista de US\$ 27,8 bilhões está dividida entre governo federal (US\$ 24,1 bilhões) e governos estaduais (US\$ 3,7 bilhões). Além disso, continuou o secretário, parte dessa receita é resultado de privatizações já realizadas e que estão sendo pagas em parcelas.

Reforma tributária preocupa Fogaça

Durante a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o senador José Fogaça (PMDB-RS) manifestou preocupação em relação à possibilidade de a reforma tributária alterar o equilíbrio federativo. "A Constituinte teve muito trabalho para dividir o bolo tributário entre União, estados e municípios. Se essa partilha for alterada, a reforma ficará, a meu ver, inviabilizada, porque quem for prejudicado vai trabalhar para sustar a tramitação do projeto no Congresso", observou.

Malan foi taxativo em sua resposta a Fogaça: "A atual repartição de recursos

entre as três esferas de poder público não pode ser modificada. Há quem queira ganhar com a reforma tributária, mas isso não será possível".

Fogaça indagou, ainda, se "comportamento singular de um governador" pode comprometer o ajuste das contas públicas, uma vez que o conceito brasileiro de déficit inclui contas das três esferas de poder, bem como do Tesouro, do Banco Central e da Previdência Social. Malan argumentou que o Brasil é prejudicado, às vezes, em âmbito internacional, justamente porque seu déficit fiscal inclui tudo, até mesmo "esqueletos" – dívidas que outros go-

vernoss não reconheciam.

Para Malan, "comportamento singular" de alguém que não quer cumprir acordos firmados pode, sim, trazer risco para as metas de superávit primário que o Brasil acertou com o FMI. "Nesse caso, a União terá que adotar medidas compensatórias para assegurar o cumprimento das metas", adiantou.

Fogaça analisou a conjuntura brasileira, considerando tratar-se de um "momento difícil" que não deve ser analisado como uma promessa malograda de futuro. O ministro agradeceu, argumentando que, desde o advento da URV e do real, cada dificuldade é interpretada como o caos. "Temos conseguido evitar esse fracasso tantas vezes anunciado e tenho certeza de que agora também será possível contornar as dificuldades e retomar o crescimento", afirmou.



José Fogaça



DEPOIMENTO DE PEDRO MALAN E ARMÍNIO FRAGA

Ausência do ajuste não deve sacrificar salários, diz Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) indagou ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o salário mínimo. "É eticamente justificável que os salários, em especial o mínimo, percam poder aquisitivo porque o Estado não fez o ajuste fiscal?" O senador não quis responsabilizar o governo ou o Congresso pela omissão, mas analisou que a situação do país seria bem melhor se o ajuste tivesse sido feito até o final do ano passado, quando então o câmbio poderia ter sido liberado por causa da conjuntura internacional adversa.



Jefferson Péres

Sobre o mínimo, Malan garantiu que o governo ainda não decidiu nada sobre o assunto, "mas já registrei sua preocupação com a manutenção do poder aquisitivo do trabalhador".

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, concordou com os argumentos de Jefferson, admitindo que a "turbulência" na economia seria bem menor caso o Brasil tivesse feito seu ajuste fiscal antes da moratória da Rússia, em agosto do ano passado.

Alencar vê brasileiro cada vez mais pobre desde 97

O senador José Alencar (PMDB-MG) disse que os estados foram apenas um dos fatores que levaram o Brasil à crise econômica atual, ao mencionar o episódio da moratória unilateral decretada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco.

José Alencar afirmou que o governo precisa tratar as empresas – de qualquer tamanho –, e não os empresários, com



José Alencar

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, fez questão de reafirmar seu respeito ao ex-presidente

carinho, baixando os juros. Ele apontou dados relativos à renda *per capita* que demonstram um empobrecimento do brasileiro desde 97.

O senador ainda pediu um maior combate ao contrabando, que, segundo ele, está destruindo a indústria brasileira.

te Itamar Franco e explicou que não se recusou a conversar com o secretário de Fazenda de Minas ou com o governador. Malan revelou que o secretário de Fazenda ligou para ele e marcou uma reunião no dia 5 de janeiro, mas desmarcou depois. No dia 6, continuou o ministro, o governador decretou a moratória por escrito.

"Nunca tivemos, em nenhum momento, dificuldades de encontro com qualquer secretário ou autoridade quando havia disposição para o diálogo", afirmou Malan.

Heloísa quer rediscutir dívida à luz da miséria brasileira

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse não entender por que um governo que conta com técnicos altamente capacitados na área econômica e maioria no Congresso não consegue encontrar uma solução para a miséria que atinge a maioria da população brasileira. "Por que não rediscutir a dívida



Heloísa Helena

externa à luz da miséria brasileira?", indagou a senadora, ao criticar acordos de empréstimos internacionais para pa-

gamento de juros.

O ministro afirmou que a equipe econômica jamais assumiu a posição de quem tem o monopólio da verdade e que, inclusive, já havia mudado de curso quando convencida tecnicamente. Malan destacou ainda que sempre desconfiou das coisas que vêm fácil, como discursos contra a pobreza, a corrupção, a miséria e a fome. Para ele, é com trabalho que se conquistam as coisas realmente importantes.

Eduardo Siqueira Campos cobra compensação para estados saneados

Os estados que fizeram seu ajuste fiscal e se mantêm dentro dos parâmetros da Lei Camata, como é o caso de Tocantins, também serão beneficiados pela ajuda que o governo dará às unidades da Federação, para despesas com demissão voluntária de servidores públicos estaduais? A pergunta foi feita ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). O ministro respondeu que o projeto de lei de responsabilidade fiscal, que será remetido, em breve, ao Congresso também contemplará com vantagens os estados que estiverem com

suas contas em dia.

Para o senador, os cortes na área social representam desgaste para o governo. "São desgastes desproporcionais em relação à economia que representam, principalmente se comparados com gastos vultosos do governo com o Proer e com o Proes (ajuda aos bancos privados e bancos estaduais)." Eduardo Siqueira Campos ressaltou que o estado de To-



Eduardo Siqueira Campos

cantins teve perdas de R\$ 400 milhões em decorrência do FEE, do Fundef e da Lei Kandir.

Malan respondeu que o saneamento do sistema financeiro foi indispensável para evitar que uma "nuvem negra" ficasse pairando sobre a economia. "Quanto aos cortes de programas sociais, isso é relativo. Os gastos maiores do governo federal são na educação, saúde e previdência social, garantiu.

Luiz Estevão teme que real volte a se sobrevalorizar

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) afirmou que, ao ler as metas de inflação e câmbio para os anos 2000 e 2001, contidas no Memorando de Política Econômica entregue aos senadores ontem, chega-se à conclusão de que o real se valorizará em relação ao dólar nesses anos. "É esta a intenção do governo, desvalorizar o real em índices menores do que a inflação estimada para esses anos?", indagou Estevão ao ministro da Fazenda, Pedro Malan.



Luiz Estevão

entender que podem se verificar no futuro. Não se trata de compromissos que tenhamos assumido junto ao FMI ou à comunidade internacional", garantiu.

Malan explicou que o governo pretende manter o câmbio flutuante, ou seja, sem intervenção do Banco Central. "Portanto, seria impossível monitorar o câmbio para seguir parâmetros predeterminados. Esses números representam indicações de comportamento futuro, são cenários com os quais estamos trabalhando, por

Saturnino responsabiliza FHC e antecessores pela vulnerabilidade

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) responsabilizou os governos de Fernando Henrique e de seus antecessores pela vulnerabilidade do Brasil diante de especuladores internacionais. Ele citou o próprio presidente do FMI, Michel Camdessus, que teria creditado à campanha de reeleição à Presidência da República a crise atual do Brasil.

O senador perguntou qual foi o índice de ajuste do salário mínimo levado em consideração na proposta de acordo apresentada ao FMI e por que isentar de impostos o capital especulativo se, como



Roberto Saturnino

o presidente do Banco Central disse, era perigoso, uma "droga financeira". Saturnino alertou para a possibilidade de reação social ao desemprego e à pobreza a partir de maio e afirmou que os planejadores do governo têm que levar isso em conta ao montar seus planos econômicos.

Para o ministro, as vulnerabilidades brasileiras sempre existiram, mas só ficaram visíveis a partir do fim da inflação, que mascarava e dificultava a sua percepção.

Em relação ao salário mínimo, o ministro disse que nenhum percentual foi discutido com o FMI e que não há nenhuma decisão por parte do governo quanto ao índice de reajuste a ser empregado a partir de 1º de maio.

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, explicou que o fluxo de capitais de curto prazo é perigoso e que a isenção de impostos para esse tipo de investimento, decretada recentemente, não fez qualquer diferença na arrecadação, porque esses capitais deixaram de entrar no país desde o final do ano passado.



O projeto aprovado pela Comissão de Justiça (foto) será agora enviado à Comissão de Assuntos Econômicos

CCJ aprova projeto que reduz gastos da União com pessoal

Proposta, que substitui a Lei Camata, estende prazo para diminuir despesas com funcionalismo nos estados e municípios

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao projeto de lei complementar que muda as regras destinadas a disciplinar os limites das despesas com pessoal. A medida substitui a chamada Lei Camata, alterando prazos, limites e fixando punições aos estados que descumprirem as determinações. O projeto, já aprovado na Câmara, reduz o limite de comprometimento da receita da União com o pagamento de pessoal de 60% para 50% e mantém inalterado o teto de 60% para estados e municípios. A matéria segue para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— O texto proposto, ao esclarecer conceitos e cobrir lacunas no controle de pessoal, torna factível a utilização dos limites estabelecidos como instrumento de controle efetivo de recursos direcionados a tal categoria de gasto — justificou o relator, ao citar a mensagem in-

terministerial encaminhada pelo presidente da República.

A substituição da Lei Camata, segundo Alcântara, é necessária para adaptar as suas disposições às alterações feitas pela Emenda Constitucional nº 19, da Reforma Administrativa. De acordo com o documento enviado pelo Executivo, depois de alterado o texto da Constituição, no ano passado, a rigidez das despesas de pessoal foi flexibilizada, já que possibilitou a sua redução por meio de “medidas fortes, mas necessárias, dentre as quais a exoneração de servidores”.

A nova versão da Lei Camata define com mais precisão o detalhamento conceitual da despesa e a descrição pormenorizada da apuração da base financeira sobre a qual se calcula o limite. Desse modo, a proposta estipula que as receitas líquidas dos estados são resultado da arrecadação em cada esfera de

competência, deduzida ou acrescida das transferências intergovernamentais. Pela proposta, o prazo para que a administração pública se adapte aos níveis definidos passa a 24 meses, contados a partir da publicação da lei complementar.

A dificuldade de aplicação da lei anterior também foi, segundo o governo, superada. No projeto analisado pela CCJ, foram introduzidas sanções para estados que tenham despesas superiores ao teto fixado, como, por exemplo, a proibição de concessão de vantagens a servidores, de criação de cargos, bem como de novas admissões.

Caso o prazo para adequação das despesas não seja observado, os estados e municípios estarão sujeitos à suspensão do repasse de verbas federais ou estaduais e de garantias da União para a contratação de operações de crédito com instituições financeiras federais.

O projeto define ainda que as medidas de ajuste deverão ser adotadas na seguinte ordem: redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão, demissão de servidores não-estáveis e, por fim, demissão de servidores estáveis.

Heloísa Helena pretende disciplinar dotações para Legislativo e Judiciário

Proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL) disciplina os gastos dos estados com os poderes Legislativo e Judiciário. A intenção da PEC, defendida ontem em plenário, é impor limites a esses gastos, tendo por base a receita líquida anual dos estados. As dotações orçamentárias do Poder Legislativo, nos níveis federal e estadual, não poderão exceder a 2% da receita líquida. No caso do Poder Judiciário, o limite imposto é de 4,5%.

De acordo com a senadora, a idéia

não é atacar cláusulas pétreas ou criar dificuldades ao funcionamento dos Poderes, “fundamentais ao regime democrático”, mas sim resgatar a autonomia do Executivo.

— A proposta não lesa o princípio da separação dos Poderes nem diminui a sua autonomia, mas visa a conferir governabilidade aos estados — argumentou a senadora petista.

Em aparte, o senador Djalma Falcão (PMDB-AL) elogiou a proposta, que considerou coerente com a trajetória política de sua autora. “O atual siste-

ma tem aprisionado vários governos em Alagoas e os levado à ingovernabilidade.” O senador aproveitou a oportunidade para criticar “a ingerência” do Fundo Monetário Internacional em questões de interesse nacional. “Será que o FMI aprova essa proposta?”, questionou.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) discordou das afirmações de Djalma Falcão com relação às relações entre o governo brasileiro e o FMI. “Quem comanda as ações do Brasil não é o fundo”, assegurou o senador mineiro.

Althoff apresenta emenda para limitar despesas com assembleias estaduais

A fim de limitar a liberdade de gastos dos órgãos legislativos dos estados e do Distrito Federal, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) anunciou ontem em plenário que apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5/99, com o objetivo de reduzir essas despesas a uma determinada fração da receita tributária das unidades da federação, somadas às transferências federais a que têm direito.

De acordo com o parlamentar, essa fração variaria entre um e sete por cento, na razão inversa à população da unidade federada, de modo a serem mais rígidos os limites nos estados mais ricos. Segundo explicou, essa proporcionalidade é compatível com a determinada para os municípios na PEC nº 15/98, que tramita na Câmara dos Deputados.

Geraldo Althoff informou que sua proposta inova no que diz respeito às sanções a serem aplicadas aos governadores e prefeitos que descumprirem os limites de gastos com seus legislativos. Em lugar do enquadramento em crime de responsabilidade, a proposta estabelece que essa desobediência constitua infração penal, punível com a perda do mandato.

Para viabilizar o cumprimento dessa determinação, o senador pro-

põe o envio periódico ao Ministério da Fazenda, por parte dos tribunais

e conselhos de contas, das informações sobre os gastos de estados e municípios com seus Legislativos. E, quando averiguada alguma irregularidade, ele quer que seja dada ciência disso ao Ministério Público, para a promoção das ações penais cabíveis.

Referindo-se às frequentes notícias sobre salários exorbitantes pagos a parlamentares e servidores de assembleias legislativas e câmaras municipais, Geraldo Althoff definiu isso como um abuso inadmissível, “em face da urgência moral das medidas sociais necessárias ao resgate da cidadania dos milhões de excluídos”.

Na opinião do senador, os gastos dos Legislativos estaduais e municipais precisam deixar de ser fonte permanente de escândalos. “É hora de nós, parlamentares, fazermos nossa parte e aprovarmos as medidas que possibilitarão o controle dos gastos de estados e municípios, especialmente com seus Poderes Legislativos.”



Geraldo Althoff lembra notícias sobre salários exorbitantes

Projetos de Jucá e da Câmara terão tramitação conjunta

Com o objetivo de acelerar a votação do projeto que estende o prazo que estados e municípios limitem seus gastos com pessoal a 60% das receitas (Lei Camata), o plenário do Senado decidiu ontem que tramitará em conjunto uma proposta do senador Romero Jucá (PSDB-RR) e outra proveniente da Câmara.

O projeto de Jucá poderia ser votado na sessão desta quarta, mas como chegou ao Senado uma proposta com a mesma finalidade, já aprovada pelos deputados, foi aprovado requerimento para tramitação conjunta. Assim, se for aprovado o projeto da Câmara, ele será enviado à sanção presidencial. Caso o projeto de Jucá fosse aprovado pelo plenário, ele ainda seria examinado pelos depu-

tados, retardando sua vigência.

Romero Jucá chegou a apresentar requerimento para retirar seu projeto, mas o senador José Fogaça (PMDB-RS) ponderou que seria melhor estabelecer a tramitação conjunta das duas propostas, pois dessa forma não se perderia o trabalho já feito pelos senadores.

No final, foi aprovado requerimento de Fogaça para anexação dos dois projetos.

O projeto apresentado pelo senador Romero Jucá recebeu substitutivo do senador José Fogaça que, entre outras coisas, estabelece que os estados e municípios que não limitarem seus gastos com pessoal (ativo e aposentados) a 60% de suas receitas líquidas terão de fazê-lo até a metade do exercício financeiro do ano 2000.



Romero Jucá concordou com requerimento apresentado por Fogaça



Delegação de prefeitos reuniu-se com presidente do Senado e pediu critérios mais flexíveis para pagamento das dívidas municipais

ACM recebe prefeitos e promete ajudar na renegociação da dívida

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem uma comitiva de prefeitos que está em Brasília para pedir o apoio do Congresso a uma campanha de sensibilização do governo federal, visando a uma renegociação ampla das dívidas municipais, nos mesmos moldes adotados recentemente para os estados. Os municípios, informou Célio de Castro, prefeito de Belo Horizonte e presidente da Frente Nacional de Prefeitos, querem 30 anos de prazo e juros de 6% ao ano, admitindo a correção das dívidas pelo IGP.

A proposta de revisão das condições para renegociação da dívida municipal foi materializada em um conjunto de seis emendas que os prefeitos estão propondo à Medida Provisória 1.811, em tramitação no Congresso

Nacional. Em reunião com o deputado Michel Temer, presidente da Câmara, os prefeitos conseguiram seu apoio para o encaminhamento e a defesa dessas emendas no colégio de líderes partidários, informou Célio de Castro.

O senador Antonio Carlos Magalhães manifestou a disposição de empenhar-se em favor do equilíbrio das "relações de direitos e deveres entre a União, os estados e os municípios", prometendo agendar um encontro dos prefeitos com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para tratar da questão da renegociação das dívidas municipais. Ele recebeu também apelos para ajudar na busca de alternativas legislativas que permitam aos prefeitos cobrar taxas como lixo e iluminação, sem as contestações judiciais que estão enfrentando hoje.

Luzia defende medidas administrativas no ES

Ao comentar a situação de instabilidade econômica que atinge o Brasil, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) defendeu ontem as medidas adotadas pelo governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, como o contingenciamento de 20% dos salários, a fixação de um teto de remuneração em R\$ 8 mil e a suspensão do pagamento de credores. Ela disse que essas iniciativas foram duras, mas justas e necessárias para tornar o estado respeitado e viável.

Luzia ressaltou que em nenhum momento as medidas tiveram a intenção de prejudicar o funcionalismo do estado. Ela lembrou que, durante a campanha, José Ignácio deixou claro a situação crítica pela qual passava o Espírito Santo e que ele não assumiria posições populistas, mas, sim, tomaria as decisões necessárias para recuperar o estado:

– Não se pode governar um estado onde 95% de seu orçamento está voltado única e exclusivamente para pagamento do funcionalismo, 3% da população, em detrimento dos outros 97%. E mesmo



Luzia Toledo disse que funcionalismo já está recebendo os salários em dia

assim, o funcionalismo estava sem receber seus salários há três meses.

A senadora informou que hoje o funcionalismo está recebendo o seu salário em dia. Ela acrescentou que o governo reconheceu a dívida salarial existente e, dentre as medidas tomadas, fixou que o pagamento dos meses em atraso será realizado até o final deste ano.

Hartung: reforma tributária deve desonerar a produção

Capixaba citou pontos que considera fundamentais na discussão, que para ele deve ser tratada com urgência pelo Senado

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) pediu ao Congresso que discuta com urgência a reforma tributária, a qual deve "desonerar a produção e os investimentos". Alertou, no entanto, que não existe reforma "em que todos ganham no curto prazo", por causa da crise econômico-financeira do Estado brasileiro.

Depois de condenar a atual legislação tributária do país, onde há "um sistema tributário paralelo" formado pelas contribuições sobre salário, lucro e faturamento, Paulo Hartung citou alguns pontos que considera fundamentais na nova discussão.

Entre eles, encontram-se a continuidade do processo de descentralização fiscal, o reequilíbrio da repartição de impostos entre a União, os estados e os municípios e a simplificação do sistema, para reduzir custos dos contribuintes e do Estado.

É fundamental, na opinião do senador, que a reforma tributária também leve em conta a necessidade de se diminuir o efeito negativo da tributação sobre a eficiência e a competitividade nacional. O ajuste fiscal do setor público, junto com um vigoroso combate à sonegação, deve ser feito para que o novo

sistema tributário seja eficiente e justo.

Conforme Paulo Hartung, as mudanças tributárias vão envolver a realocação de recursos não só entre os três níveis de governo, "mas também entre os agentes econômicos". Ponderou que a reforma é necessária não apenas para resolver "nossas injustiças fiscais", mas também para que os produtos brasileiros enfrentem com sucesso os desafios da abertura econômica.

Advertiu ainda que só será possível discutir e implantar uma legislação tributária moderna se for superada a disputa financeira travada entre a União, os estados e os municípios. Para ele, chegou a hora de se instituir uma prática

de cooperação entre os níveis de governo. Ao Congresso, continuou Hartung, cabe a tarefa de arbitrar os conflitos de interesse que uma reforma tributária provoca.

Além das mudanças tributárias, o senador observou que o país deve cuidar também das reformas política, do Judiciário, trabalhista e da Lei de Responsabilidade Fiscal. "É o momento de reconstruirmos um pacto federativo, determinando com clareza os papéis da União, dos estados e dos municípios, as responsabilidades, a hierarquia e a cooperação", afirmou.

– O fato é que, no Brasil, salta aos olhos a sonegação, a cumulatividade, a regressividade, a estreiteza das bases e a baixa tributação sobre o patrimônio e a renda. Somente um sistema tributário eficaz, acompanhado de um justo processo de repartição fiscal, poderá assegurar a necessária equalização na distribuição de recursos para educação, segurança, saúde e seguridade em todo o território nacional – sustentou Paulo Hartung.



Paulo Hartung acha que chegou a hora de os governos cooperarem entre si

Álvaro Dias prega maior equilíbrio

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou hoje a urgência de o Congresso votar a reforma tributária para estabelecer uma realidade fiscal mais equânime e equilibrada em termos federativos. Ele acrescentou que também é importante que haja um esforço para racionalizar a máquina pública, eliminando-se antigos vícios e privilégios arraigados:

– Minha experiência como governador do Paraná criou a convicção pessoal de que o poder público não pode prescindir de uma forte estrutura arrecadadora e fiscalizadora. Por isto defendo o fortalecimento de um organismo estratégico fundamental como a Receita Federal, ampliando seu quadro de fiscais e auditores, agilizando sua atuação para buscar os recursos sonegados – defendeu Álvaro Dias.

Segundo informou o senador pelo Paraná, a Receita Federal estima que exista hoje no Brasil um total de R\$ 825 bilhões de renda tributável que estão fora de seu alcance, quase o equivalente ao PIB nacional, na faixa de R\$ 900 bilhões. Álvaro Dias disse também que na listagem dos 100 maiores contribuintes da CPME, 48 jamais declararam Imposto de Renda. Diante destes números, ele sugeriu que o Congresso e o governo declarem guerra total à sonegação.

Em seu pronunciamento, o primeiro após retornar ao Senado, Álvaro Dias também falou das mudanças econômicas, so-



Álvaro Dias disse que sonegação gigante no país exige providências enérgicas

ciais e políticas que ocorreram no mundo após o fenômeno da globalização. Apesar de reconhecer o momento difícil que o país atravessa, os desníveis socioeconômicos que exigem um enfrentamento complexo e urgente, ele manifestou que está disposto a lutar para corrigir os problemas e que o negativismo não tem lugar na sua ação política:

– Mas também não compartilho o otimismo exagerado dos que não têm outros compromissos, senão com seus próprios e imediatos interesses. Assumo a perspectiva realista dos que aprenderam a fazer, da lealdade à confiança popular expressa pelo voto, o fundamento do exercício do

mandato político – explicou Álvaro Dias.

RESPONSABILIDADE
Mesmo reconhecendo a grande parcela de responsabilidade da equipe econômica no atual momento de incertezas que atinge o programa de estabilização, Álvaro Dias elogiou o governo por ter reconhecido e corrigido os equívocos de sua política cambial. Na sua visão, não é comum entre os governos brasileiros ou de outros países assumir seus erros.

Álvaro Dias pregou a necessidade de o governo assumir a agricultura como prioridade, como "âncora verde" da economia, do progresso e do desenvolvimento do país. Ele defendeu que a solução mais óbvia para o Brasil vencer a crise é investir em uma produção agrícola em escala crescente, que garanta presença no mercado interno, impulse as exportações, gere renda para o interior e abra oportunidades de trabalho.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) parabenizou Álvaro Dias por ter apresentado sugestões capazes de tirar o Brasil da crise. Já o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) elogiou o pronunciamento por tratar não apenas sobre a política econômica, mas por trazer preocupações de cunho social. O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) opinou que o discurso contribuiu com sugestões importantes para o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Jungmann avalia a reforma agrária na CAS

Ministro diz na Comissão de Assuntos Sociais que governo está investindo fortemente no setor, mas senadores cobram mais velocidade no assentamento de colonos e o fim das invasões de propriedades

Os programas de apoio à agricultura familiar e os projetos governamentais de reforma agrária terão implementação coordenada.

Foi o que anunciou o ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O ministro fez um balanço das ações no âmbito da reforma agrária durante os últimos qua-

tro anos e anunciou alguns dos projetos que espera ver implementados nesse segundo mandato. A reunião fez parte da série de audiências públicas que a CAS está promovendo com os responsáveis pela área social no governo federal:

– A idéia é debater as políticas sociais e extrair propostas para aperfeiçoá-las – explicou o presidente da comissão, Osmar Dias (PSDB-PR). Na próxima quarta-feira (dia 31), será a vez do secretário executivo do programa Comunidade Solidária, Milton Seligman, comparecer à CAS.

Durante a audiência pública, Jungmann apresentou dados sobre a aplicação de recursos pelo governo na reforma agrária. Segundo ele, os últimos qua-

tro anos foram marcados pelo aumento das dotações pelo setor, “que ultrapassaram a barreira de US\$ 1 bilhão, em 1998”.

De acordo com o ministro, esse investimento se reflete no número de hectares desapropriados, que passou de 4 milhões, no período entre 1985 e 1989, a 7 milhões, entre 1995 e 1998. “Isso representou 287.539 famílias assentadas em quatro anos, o que é mais do que foi feito nos 30 anos anteriores”, informou Raul Jungmann.

Outra consequência dos esforços do governo no setor, segundo o ministro, é a diminuição da violência no campo, que caiu de 181 mortes, em 1988, para 26, no ano passado. “Quanto mais reforma agrária, menos violência no campo.” Por fim, o ministro de Política Fundiária anunciou que o governo pretende descentralizar a reforma agrária, estendendo a atribuição também a estados e municípios:

– As ações serão coordenadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, entrosando o programa de agricultura familiar e de reforma agrária com as áreas de saúde e educação, entre outras. Essa mesma organização deverá se-

“O programa representou 287.539 famílias assentadas em quatro anos, o que é mais do que foi feito nos 30 anos anteriores.”



Jungmann (E), ao lado dos senadores Osmar Dias e Heloisa Helena, registrou redução nas mortes no campo

dar nos estados e nos municípios, com a participação ativa das comunidades.

Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou aos senadores que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou audiência pública com os secretários de Agricultura dos estados onde foi implantado o pro-

grama Cédula da Terra.

Encerrando a reunião, o presidente da CAS, senador Osmar Dias, registrou que o ministro, de forma inédita, havia recebido elogios tanto dos representantes da oposição como dos integrantes da bancada do governo.

Senadores pedem explicações a ministro

Lúdio Coelho (PSDB-MS) registrou que, em Mato Grosso do Sul, está ocorrendo evidente aumento das invasões de propriedades agrícolas e quis saber o que está sendo feito pelo ministério para reduzi-las. A criação da Ouvidoria Agrária Nacional, em conjunto com o Ministério da Justiça, respondeu Jungmann, busca reunir o que a Constituição separou: o responsável pela coordenação da reforma agrária (nível federal) e os governos estaduais, que cuidam de sua implementação. As desapropriações continuarão sendo feitas pelo presidente da República, acrescentou o ministro.



Marluce Pinto (PMDB-RR) sugeriu aos demais integrantes da comissão que aliam os discursos a favor da reforma agrária com atitudes concretas, como aprovar na Comissão de Orçamento emendas alocando recursos para o Incra. Ela elogiou o ministro por ter ampliado o número de assentamentos em Roraima de quatro para 29.

Moreira Mendes (PFL-RO) solicitou um posicionamento do governo com relação aos excessos cometidos nas invasões de propriedades. “É necessário que se respeite o direito à propriedade”, afirmou.

Ramez Tebet (PMDB-MS) apresentou os problemas de municípios que não conseguem arcar com as responsabilidades decorrentes dos assentamentos ilegais. O ministro disse que a descentralização da reforma agrária a ser implementada pelo governo deverá solucionar boa parte dos problemas, porque dará às prefeituras autonomia para tratar do assunto.

Helóisa Helena (PT-AL) questionou os critérios usados no acesso ao programa Banco da Terra. Ela sugeriu que o governo limite os juros para o programa.

Carlos Bezerra (PMDB-MT) indagou sobre o que está sendo feito para superar a desintegração entre a política de reforma agrária e as ações que competem a outros ministérios, como a implantação de infra-estrutura de estradas, construção de escolas e postos de saúde. O senador também solicitou ao ministro informações sobre a regulamentação das áreas de fronteira.



Ernandes Amorim (PPB-RO) lamentou a falta de apoio aos fazendeiros já instalados, “enquanto os recursos do governo são carreados preferencialmente para os assentamentos”.

Jonas Pinheiro (PFL-MT) sugeriu ao ministro que o Incra revalide a posse das terras nas áreas de fronteira dos pequenos e médios proprietários. Jungmann respondeu que achava a solicitação justa, mas não tinha certeza sobre qual órgão teria a competência para atender tal pedido.



Tião Viana (PT-AC) criticou o modelo de reforma agrária adotado historicamente na região amazônica, que no seu entendimento não respeita as peculiaridades regionais, provocando inclusive problemas de saúde entre os assentados. O senador aproveitou para criticar a redução de recursos no orçamento para as aplicações em reforma agrária e apresentar denúncias de irregularidades no Incra no Acre.

Antero de Barros (PSDB-MT) também defendeu a valorização da reforma agrária como solução para os problemas nacionais. “A reforma agrária deve estar no centro da discussão de soluções para os problemas sociais brasileiros, pois gerar emprego no campo é mais barato do que na cidade”, argumentou.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a solução de grande parte dos

problemas sociais do país está no incentivo ao pequeno produtor. Mas para isso, argumenta, “são necessárias ações coordenadas entre os diversos órgãos do governo”.

Ademir Andrade (PSB-PA) aproveitou a presença do ministro para fazer um alerta: a recessão econômica afeta diretamente o problema fundiário. “O agravamento da crise econômica, com o aumento do desemprego, vai representar uma busca de alternativas, que fatalmente desembocará no aumento das ocupações”, observou.

Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu providências para a solução de conflitos agrários que vêm sendo registrados no Amapá desde o assassinato de uma liderança dos sem-terra, em novembro do ano passado, em Laranjal do Jari. O ministro comprometeu-se a apurar o assunto e tentar resolver o problema.



Geraldo Cândido (PT-RJ) pediu um maior apoio para o programa nacional de educação na reforma agrária, que no ano passado só recebeu R\$ 3 milhões. Jungmann respondeu que o ministério está promovendo mudanças para aperfeiçoar o programa.

Antero sugere na TV medidas para acelerar os assentamentos

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) afirma, em entrevista à TV Senado que irá ao ar hoje às 9h30, 12h30 e 20h30, que é necessário tomar algumas medidas para que a reforma agrária aconteça de forma mais produtiva e organizada, como em- prestar a terra ao trabalhador por dez anos, e só depois entregar o título de propriedade.

Ex-deputado federal, Antero de Barros participou da elaboração da Constituição na Comissão de Reforma Agrária e acredita que sua proposta irá beneficiar, principalmente, o trabalhador. “Nossa experiência tem mostrado que várias pessoas beneficiadas pela política de assentamento não possuem mais essas terras. Elas foram negociadas.”

Para o senador, não basta apenas a concessão do uso do solo. A reforma agrária depende de uma política agrícola, onde o trabalhador sem terra também tenha acesso à educação, à saúde, a estradas para o transporte da produção, além de facilidades de abertura de crédito para a comercialização. “A prioridade se estabelece no Orçamento da União, com a definição dos recursos necessários para a implantação do processo. O Brasil precisa de uma política de geração de emprego e a reforma agrária pode contribuir com o país nesse sentido.”



Antero sugere concessão da terra por dez anos

Cabral reclama atenção para o Calha Norte

Senador manifesta indignação com informação de que hospital de fronteira, com todo o equipamento médico, está abandonado porque faltam R\$ 700 mil em verbas federais para conclusão da obra

O descaso com que o governo federal trata a Amazônia é responsável pelo abandono a que foi relegado o Projeto Calha Norte, reclamou ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Dizendo-se indignado e estarecido, ele comentou reportagem veiculada na terça-feira pelo *Jornal Nacional*, em que foi mostrada a situação de um hospital de fronteira – abandonado, com equipamento médico intocado, apesar de valioso e necessário ao atendimento das popula-

ções carentes da região.

O hospital está abandonado, explicou o senador, “por causa de cerca de R\$ 700 mil, correspondentes à última parcela para a construtora terminar a obra”. Devido à falta desse dinheiro, acrescentou, o hospital passou a constar do rol das obras federais inacabadas:

– Não tem havido por parte do governo federal nenhuma mudança de atitude em relação à Amazônia que demonstre preocupação com aquela

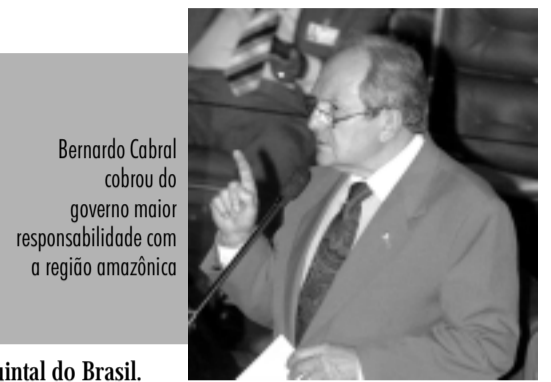
porção do território nacional – disse.

Conforme Bernardo Cabral, desde a criação do Projeto Calha Norte, no governo José Sarney, os recursos orçamentários a ele destinados vêm sendo sistematicamente reduzidos, apesar de ser o único projeto federal na região, à exceção da Zona Franca de Manaus:

– Faço um alerta, mais uma vez, para que o governo federal olhe a Amazônia com a responsabilidade que aquela imensa região exige –

insistiu.

Concordando com Bernardo Cabral, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) protestou contra o tratamento que a região Norte vem recebendo do governo federal. Ele opinou que a Amazônia vem sendo reduzida a um mero quintal do Brasil.



Bernardo Cabral cobrou do governo maior responsabilidade com a região amazônica

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Futebol Feminino
7h30 – *Especial Unip* – Linguagem musical - 2ª parte
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Saúde Todo Dia* – Musculação
8h30 – *Jornal do Senado*
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Cores do Brasil* – Dendê da Bahia
9h30 – *Entrevista* – O senador Antero Paes de Barros fala sobre sua proposta de trabalho no Senado
9h55 – *Senado em Pauta*
10h – *Sessão Plenária* (ao vivo). Discussão em 1º turno: Proposta de emenda constitucional que altera artigos da Constituição relativos à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional
12h30 – *Entrevista* – O senador Antero Paes de Barros fala sobre sua proposta de trabalho no Senado
12h55 – *Senado em Pauta*
13h – *Cores do Brasil* – Espírito Santo
13h30 – *Debate* – O senador Tião Viana e o presidente do Conselho Federal de Medicina, Waldir Mesquita, debatem o projeto de lei que regulamenta as atividades envolvendo sangue e hemoderivados
14h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)
18h30 – *Entrevista* – O senador Antero Paes de Barros fala sobre sua proposta de trabalho no Senado
18h55 – *Senado em Pauta*
19h – *Debate* – O senador Tião Viana e o presidente do Conselho Federal de Medicina, Waldir Mesqui-

ta, debatem o projeto de lei que regulamenta as atividades envolvendo sangue e hemoderivados
20h – *Cores do Brasil* – Diamantina
20h30 – *Entrevista* – O senador Antero Paes de Barros fala sobre sua proposta de trabalho no Senado
21h – *Jornal do Senado*
21h15 – *Debate* – O senador Tião Viana e o presidente do Conselho Federal de Medicina, Waldir Mesquita, debatem o projeto de lei que regulamenta as atividades envolvendo sangue e hemoderivados
21h55 – *Senado em Pauta*
22h – *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – *Sessão Plenária* (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – *Sessão Plenária* (reprise)
Em seguida – Música e informação

Moreira Mendes quer apoio federal para a Universidade de Rondônia

Ao comentar a difícil situação acadêmica que atravessa o ensino universitário em todo o país, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que, instalada há quase 18 anos, a Universidade Federal de Rondônia (Unir) funciona praticamente sem recursos federais, e só está sobrevivendo graças ao apoio que os governos municipais e estadual vêm emprestando.

Em discurso no plenário ontem, ele cobrou maior equidade federativa no que diz respeito ao papel do Estado na estruturação da educação em todo o território nacional.

Detalhando a situação da universidade, Moreira Mendes exemplificou que na Unir funciona apenas um único curso na área de saúde, o de Enfermagem. Ele disse que uma universidade particular do estado oferece o curso de Odontologia, mas o preço das mensalidades inviabiliza o acesso da quase totalidade da população.

O senador por Rondônia também disse que a Unir não dispõe sequer de cursos de Agronomia, Engenha-

ria Florestal, Nutrição, Veterinária ou Zootecnia, apesar de o estado ter sido considerado em propaganda oficial como “fronteira agrícola” do país. Mesmo falando que são várias as necessidades, Moreira Mendes insistiu na urgência da implantação de cursos na área de saúde:

– Temos todas as condições necessárias para que a nossa universidade

federal instale os cursos de que a comunidade precisa. Para tanto, o governo estadual pode firmar parceria com a Unir, proporcionando-lhe condições para que os cursos da área de saúde

funcionem com estrutura satisfatória – antecipou Moreira Mendes.

ÊXODO

Aos alunos pré-universitários de Rondônia, segundo Moreira Mendes, restam atualmente quatro opções: disputar uma vaga nos poucos cursos que a Unir oferece, tentar o vestibular em outro estado, abandonar os estudos após concluir o segundo grau ou fazer universidade em outro país, como a Bolívia.

Segundo estimativa feita pelo senador, somente nos últimos quatro anos quase três mil rondonienses optaram por fazer universidade na Bolívia. Ele acrescentou que, se forem somados os estudantes do Acre e Mato Grosso, este número cresce para 15 mil. Moreira Mendes ilustrou que todos os meses saem de Rondônia US\$ 1,5 milhão para custear estudos no exterior.



Moreira Mendes cobrou maior equilíbrio federativo na distribuição dos recursos

Apartes reforçam protesto contra descaso

Em aparte ao discurso de Moreira Mendes, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) protestou contra o que considerou como “monopólio da concentração do saber nas regiões Sul e Sudeste”. Ele disse que existe um preconceito contra a região Norte que termina obrigando as pessoas a deixarem seus estados

para completar os estudos.

Já o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) lamentou que o governo federal não leve em conta a geografia ao analisar projetos para a região Norte. Ele solidarizou-se com o pronunciamento de Moreira Mendes e comentou que “sem conhecimento não pode haver de-

envolvimento”.

O senador Tião Viana (PT-AC) reclamou da discriminação que a população da região sofre e disse que o governo vem se mostrando, nos últimos anos, insensível não só à questão da soberania da região, mas quanto ao desenvolvimento da Amazônia.

Transfusão de sangue em debate na TV

O projeto de lei do ex-deputado Sérgio Arouca que regulamenta as atividades que envolvem a transfusão de sangue e seus derivados precisa ser revisto com urgência. O alerta é do senador Tião Viana (PT-AC) em entrevista ao programa *Debate*, da TV Senado, que irá ao ar hoje às 13h30 e 21h15.

O senador aproveitou para denunciar que o Brasil gasta, por ano,

US\$ 200 milhões com a importação de hemoderivados, quando o país tem todas as condições necessárias para ser auto-suficiente. “Basta que o governo federal invista nisso, dotando instituições como a Fiocruz e o Instituto Butantã dos recursos necessários para produzirem os kits usados nos exames do sangue destinado à transfusão.”

Também participou do debate o

médico Waldir Mesquita, presidente do Conselho Federal de Medicina. Ele frisou que os gastos com a saúde pública devem ser vistos como investimentos e elogiou a descentralização da fiscalização fitossanitária que está sendo adotada pelo governo, mas adiantou “que sem os investimentos necessários para implantar a fiscalização descentralizada, ela não sairá do papel”.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Fim do *kit* nos carros tem o apoio da CCJ

Parecer elaborado pelo senador Romeu Tuma, favorável a projeto proveniente da Câmara, é aprovado pela comissão e deve ser apreciado na próxima terça-feira pelo plenário

Valadares destaca luta do PSB contra desemprego

A luta em prol da retomada do desenvolvimento e contra o desemprego, aliada à “denúncia das privatizações danosas ao patrimônio nacional”, ao resgate da autonomia de estados e municípios, à exigência da reforma agrária e à denúncia do acordo feito pelo governo federal com o Fundo Monetário Internacional (FMI) integram a pauta de ação política defendida pelo PSB, conforme destacou ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele leu a íntegra do manifesto “O PSB frente à crise nacional”, elaborado em reunião do diretório nacional do partido realizada no último dia 20.

No manifesto, o PSB denuncia a ação do governo federal no âmbito econômico como responsável pela acentuação da dependência nacional em relação ao capital especulativo internacional e por seus efeitos – o aumento da pobreza e da exclusão social, com agravamento da concentração de renda e aprofundamento das desigualdades regionais. “Os piores indicadores sociais da história brasileira” foram registrados nos últimos quatro anos de governo, salientou o senador.

É a partir desse posicionamento que o diretório também decidiu manifestar seu “integral apoio” ao governador de Minas Gerais, Itamar Franco, “no momento em que ele convoca a nação a resistir ao desmonte da Federação brasileira”, assim como aos governadores eleitos pelo PSB e por forças partidárias aliadas.

O PSB também atribui ao governo a destruição do setor exportador nacional, vitimado pela política de importações “irresponsável e predatória”.

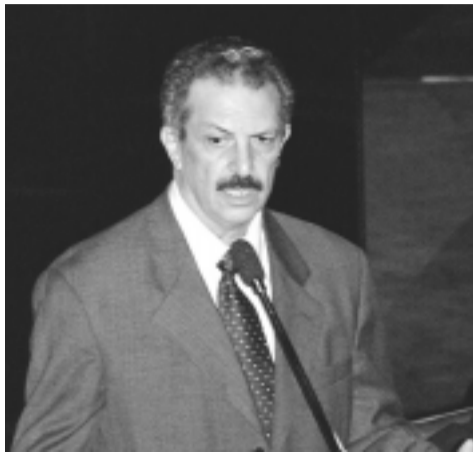


Antonio Carlos Valadares acusa governo pelos “piores indicadores sociais da história”

O porte do *kit* de primeiros socorros nos automóveis está prestes a deixar de ser obrigatório. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável ao projeto de lei da Câmara que revoga o dispositivo do Código de Trânsito Brasileiro onde está prevista a obrigatoriedade. A matéria segue para apreciação pelo plenário.

– A proposta vai ao encontro do interesse demonstrado pela sociedade, que tem manifestado sua rejeição à exigência de porte do *kit*, como bem o demonstram os noticiários – afirmou o relator.

Aprovado em 1997, sob a justificativa de dotar os motoristas dos instrumentos mínimos necessários (gaze, tesoura, esparadrapo etc.) para a realização dos primeiros so-



Romeu Tuma lembrou que a sociedade tem demonstrado interesse pela revogação da obrigatoriedade de uso do *kit*

corros a eventuais vítimas de acidentes, o *kit* começou a ser cobrado em janeiro deste ano e a falta do equipamento passou a ser multada.

O autor da proposta que estabelece o fim da obrigatoriedade, deputado Padre Roque (PT-PR), alega que o item é “inútil, caro e perigoso” e pode causar sérios prejuízos se usa-

do inadequadamente. Além disso, o deputado acredita que o *kit* foi criado apenas para “fomentar o lucro dos fabricantes dos materiais”.

– A movimentação de feridos por pessoas não treinadas para tal é desaconselhável e pode significar atraso no encaminhamento dos pacientes para tratamento médico adequado. Acredita-se que não se deve tornar de porte obrigatório um item cuja utilização levante ainda tantas incertezas – avaliou Tuma.

A comissão aprovou também requerimento a ser apresentado ao plenário, solicitando urgência para a matéria.

PRIMEIROS SOCORROS

O fim do *kit* de primeiros socorros exigido pelo novo Código de Trânsito Brasileiro será votado pelo plenário do Senado na terça-feira da próxima semana, conforme requerimento de urgência aprovado ontem pelo plenário. Se aprovada, a proposta – proveniente da Câmara – será enviada imediatamente à sanção presidencial.

Julgamento de justa causa pode ser mais rápido

Parecer do senador Roberto Freire (PPS-PE) favorável ao projeto de lei que reduz, para no máximo 120 dias, o prazo de julgamento dos processos que analisam demissões por justa causa foi aprovado ontem pelos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Já apreciado favoravelmente pela Câmara dos Deputados e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto vai para discussão no plenário do Senado.

– Os prazos estabelecidos no projeto objetivam a agilização dos processos. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a demissão por justa causa decorre de falta grave cometida pelo empregado, que não pode ser definida pelo empregador com base em fatos cuja hipótese de incidência não esteja muito bem delineada na lei – analisou Freire.

No caso da dispensa por justa causa, a legislação sujeita o trabalhador à supressão de direitos trabalhistas devidos na rescisão do contrato, o que torna a demissão menos onerosa, visto que muitos empregados não recorrem à Justiça.

– O projeto enseja formas de coibir a indústria da justa causa no país. O trabalhador demitido por justa causa deve ter garantidos os seus direitos se não cometeu nenhuma falta grave – justificou o autor da proposição, deputado Paulo Paim (PT-RS).

Em seu parecer, Freire manteve a alteração feita pela CAS ao projeto, supri-



Roberto Freire apresentou parecer favorável ao projeto aprovado pela Câmara

mindo artigo que impedia recurso do empregador no caso de reintegração de dirigente sindical no emprego, determinada por medida liminar.

SERGIPE

A CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), também aprovou parecer do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) favorável a projeto de lei encaminhado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), transferindo a sede de uma junta de conciliação e julgamento de Sergipe, do município de Maruim para a capital do estado. A proposta, já aprovada na Câmara, está pronta para ser incluída na Ordem do Dia.

– Tendo em vista que as atividades em Maruim reduziram-se e as juntas si-

tuadas em Aracaju tiveram um aumento significativo de recebimento de processos, nada mais justo que se faça uma adequação no sentido de atender à demanda crescente na capital – justificou Dutra.

Os senadores presentes à reunião da CCJ aprovaram ainda parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto de lei da Câmara que regulamenta a profissão de classificador de produtos vegetais. Já aprovada quanto ao mérito na CAS, a proposta foi encaminhada à CCJ para análise da constitucionalidade de alguns dispositivos. Dessa forma, Simon sugere em seu parecer a supressão de um artigo do projeto original do ex-deputado Koyu Iha (PSDB-SP) por entender que contraria os princípios de independência dos Poderes e de autonomia federativa.

Por fim, a CCJ aprovou parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) favorável ao projeto de lei da Câmara que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção do Câncer de Próstata. O projeto, da deputada Telma de Souza (PT-SP), segue para análise da Comissão de Educação (CE).

A proposta determina que a referida semana será iniciada a partir de 27 de novembro, quando devem ser realizados exames gratuitos, campanhas nos meios de comunicação, debates, entre outros. Segundo dados da deputada, para cada 100 mil homens na terceira idade, 220 sofrem de câncer de próstata.

Amorim elogia campanha da CNBB

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou que o tamanho e a intensidade da atual crise econômica do país fazem com que o modelo atual esvazie as leis de defesa do emprego. Para ele, nada mais oportuno do que a proposição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, lançada através da Campanha da Fraternidade de 1999, sobre o combate ao desemprego.

De acordo com o senador, a afirmação dos bispos do Brasil guarda coerência com o seu ponto de vista de que no atual modelo, mantidos os paradigmas político-econômico-culturais, não há solução para o emprego.

Ernandes Amorim disse que ainda restam alguns empresários, entre os quais ele se inclui, que teimam em “remar contra a maré”, investindo na produção e na geração de empregos, enquanto o governo somente privilegia o especulador financeiro, que, a seu ver, além de trazer a miséria e a fome, destrói as fontes de geração de empregos.

– Há poucas possibilidades de se evitar a desorganização da economia brasileira, graças aos modelos econômicos inventados pelos economistas “PHDeuses” do governo federal. Há claros sinais de mais sofrimento e mais privação para amplos setores da classe produtiva e trabalhadora – observou o senador, acrescentando que a continuidade de aplicação das receitas do FMI produz cada vez mais uma perspectiva sombria, de dependência externa acentuada e sem solução à vista.

Ernandes Amorim afirmou que, para solucionar a crise social, o governo tem que articular uma aliança popular, unir setores produtivos achatados, promover a reforma agrária, fazer a retomada de investimentos públicos em saneamento, habitação popular e transporte, além de apoiar as atividades de cooperativas, instituir o Banco do Povo e promover a micro e pequena empresas. “São ações que devem compor a ordem do dia do governo federal”, concluiu.



Amorim incluiu-se entre os empresários que insistem em “remar contra a maré”